

edp

Renováveis

Central Eólica SRMN III S.A.

CNPJ nº 29.433.969/0001-38

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	7.838	7.269
Concessionárias	8	503	-
Impostos a compensar	9	420	10
Cauções e depósitos vinculados	11	-	10.069
Adiantamento a fornecedores	12	4.175	27
Partes relacionadas	10	-	6.156
Outros créditos		-	16
Despesas antecipadas		34	-
		12.970	23.546
Não circulante			
Partes relacionadas	10	1.809	-
Cauções e depósitos vinculados	11	3.563	2.824
Imobilizado	13	150.551	153.307
		155.923	156.130
Total do ativo		168.893	179.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas das demonstrações financeiras - Em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica SRMN III S.A. ("Companhia" ou "SRMN III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em novembro de 2017, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica SRMN III e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº3729, 9º andar, Sala 17, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, 1.1.1. Autorização de Parque Eólico Santa Rosa Mundo Novo III. Em 04 de junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 03 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017 a Companhia vendeu 18,0 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração eólica Santa Rosa Mundo Novo III, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início previsto para janeiro de 2022, ao preço de R\$108,25/MWh. Em 04 de janeiro de 2022, a ANEEL emitiu o despacho nº 11, autorizando o início da operação comercial da EOL Santa Rosa e Mundo Novo III a partir de 5º de janeiro de 2022.

Empresa

Usinas

EOL Santa Rosa e Mundo Novo III

Modalidade

Produtor Independente

Outorga

Autorização

Estado

RN

Capacidade instalada (MW)

33,60

Energia assegurada (Mm)

20,00

Data do início da operação

2022

1.2. Capital circulante líquido negativo:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido a pagamentos aos fornecedores referentes a conclusão da construção do parque eólico. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2022 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu início em julho de 2022 (ii), desembolso de empréstimo junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento BNB, (iii) se houver necessidade aporte de capital da holding.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem diretamente utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 01 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 22, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado: determinação da vida útil e do valor residual, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 13). • Provisão de desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 16). • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 18). • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 26).

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia futuradas e não futuradas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Imobilizado:** O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custos dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em Outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se há evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **f) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **g) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **h) Provisões:** Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. **Contingências:** São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. **Provisão para desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 13,55% (11,40% em 31 de dezembro de 2021) para as provisões de desmobilização. **i) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **j) Operações de arrendamento:** No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do Parque eólico, por apresentar valor relevante e por ser de longo prazo. Para esses contratos de arrendamento de terrenos por terem remuneração variável ao arrendador a companhia não aplicou o IFRS16. Para os demais contratos, por serem considerados de baixo valor, a adoção da IFRS 16 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **k) Imposto de renda e contribuições sociais:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistematismo do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais, e para a contribuição social corrente, é calculada a alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e contribuição social, incluindo tratamento fiscal incerto, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICP 22 / IFRIC 23. **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributo sobre o lucro:** Em dezembro de 2018 foi emitido o ICP 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceiteira o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que a mesma seja contemplada na jurisdição tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida			
Custo do serviço de energia elétrica	19	23.504	-
Custo com energia elétrica		(2.673)	-
Custo de operação		(8.367)	-
Lucro bruto		12.464	-
Despesas e Receitas			
Despesas gerais e administrativas	19	(397)	(989)
		(397)	(989)
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos			
Resultado financeiro	20	12.067	(989)
Despesas financeiras		(10.557)	(6)
Receitas financeiras		577	-
		(9.980)	(6)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Tributos sobre o lucro	21	(923)	(995)
Resultado líquido do exercício		1.164	(995)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício		
Resultado abrangente do exercício	1.164	(995)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/ (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.087	(995)
Depreciações	4.815	-
Encargos de dívidas sobre empréstimos	9.625	-
Juros provisão desmantelamento	76	-
	16.603	(995)
Variações em:		
Concessionárias	(503)	-
Impostos a compensar	(410)	(10)
Despesas pagas antecipadamente	(34)	-
Adiantamento a fornecedores	(4.148)	84
Outros créditos	16	469
Fornecedores	(20.573)	15.387
Impostos a pagar	473	16
Partes relacionadas	4.347	-
Outras contas a pagar	213	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(4.018)	14.950
Juros pagos	(4.522)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(360)	(29)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(8.898)	14.921
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	9.330	(12.986)
Adições ao imobilizado	(1.620)	(99.967)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	7.710	(111.053)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	(11.270)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	15.240	74.221
Amortização do principal de empréstimos	(2.213)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.757	74.221
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	569	(21.911)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.638	7.269
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.269	29.180
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	569	(21.911)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

edícios. O saldo registrado no ativo refere-se a valores pagos pela SRMN I de natureza imobilizado, que foram compartilhados entre as Centrais Eólicas SRMN I, II, IV e V. **b) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos:** A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção. Sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. **c) Contrato de monitoramento de operação do parque eólico** A Companhia celebrou contrato com a Serviços de Energia S.A. de monitoramento remoto do parque eólico, corrigido anualmente pelo IPCA. **10.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte:** A controladora direta da Companhia é a SRMN Holding S.A. a controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **10.2. Remuneração dos administradores:** A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica SRMN III S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

31/12/2022

31/12/2021

Cauções e depósitos vinculados de empréstimos	3.563	12.893
	3.563	12.893
Ativo circulante	-	10.069
Ativo não circulante	3.563	2.824
Total	3.563	12.893

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNB e do Agente Financiador em caráter irrevogável e irretirável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço de Dívida deverá manter saldo correspondente a 4,42% do valor desembolsado. A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à liquidação da obrigação assumida do financiamento, razão pela qual os fundos disponíveis nas contas de Cauções e depósitos vinculados foram classificados como ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2022. O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$3.563 (R\$ 12.893 em 31 de dezembro de 2021) foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média à taxa de 102% do Certificado de Depósito Interbancário CDI (CDI 78,97% em 31 de dezembro de 2021) junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

12. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

31/12/2022

31/12/2021

Circulante		
Adiantamento a fornecedores	4.175	27
Total	4.175	27

13. IMOBILIZADO

31/12/2022

31/12/2021

	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso	-	1.599	1.599
Máquinas e equipamentos	3.13%	153.767	(4.815)
Total	153.307	(4.815)	150.551

31/12/2021

31/12/2020

	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso	-	1.599	1.599
Máquinas e equipamentos	3.13%	153.767	(4.815)
Total	153.307	(4.815)	150.551

Imobilizado em curso

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

Imobilizado em curso

RS 110.992

153.307

153.307

